



Transversalidade e Extensão: Equipe de apoio matricial, socioeducação e políticas juvenis

Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto: Instituto de Psicologia - UFRGS
Acadêmicas de Psicologia: Luiza de Oliveira Nascimento e Jéssica Aguirre da Silva

Entre labirintos e práticas de extensão

Um jovem de 18 anos recém-completos circula pelos corredores do prédio de uma universidade pública, entra numa sala de aula, ocupa uma classe e pede papel e caneta emprestados. Enquanto a professora dá uma aula sobre livros e personagens, ele levanta a mão e comenta sobre Harry Potter. Seria uma cena cotidiana, não fosse o fato de que ele não é aluno da graduação. Um jovem negro que mora distante do campus universitário, aluno na vida, mas não mais da escola, quem sabe um dia desta universidade? No passado, cumpriu medida socioeducativa num programa de Prestação de Serviços à Comunidade, direcionado para adolescentes e localizado neste prédio. Ali retorna. Às vezes, se perde dentre o labirinto de corredores e de outras possibilidades de habitar e ser neste espaço.

Tem família na zona norte, sul, leste e oeste da cidade, mas já dormiu na rua algumas vezes, o *bagulho é loko*. Chegou a passar por um estabelecimento de medida socioeducativa de internação. De lá não voltou *sereno*, bem verdade, parece estranho mesmo pra quem o conhecia do

Essa narrativa compõe o cotidiano de trabalho da Equipe de Apoio Matricial em Socioeducação, proposta criada a partir da experiência do Núcleo de Extensão e Pesquisa PIPA (Programa Interdepartamental de Práticas com Adolescentes e Jovens em Conflito com a Lei), que é vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SZCHUMAN; FLORES, 2015). O Núcleo PIPA desenvolve desde 2011 práticas de atendimento interdisciplinar com adolescentes e jovens em conflito com a lei, a partir de uma estratégia de trabalho interdepartamental que articula os seguintes grupos de extensão: o Programa de Prestação de Serviço à Comunidade - PPSC (unidade de execução da medida socioeducativa em meio aberto na Faculdade de Educação), o G10 (Grupo de Assessoria à Juventude Criminalizada do Serviço de Assessoria Jurídica/SAJU na Faculdade de Direito) e o Estação PSI (grupo de extensão em psicologia social e acompanhamento juvenil no Instituto de Psicologia). Neste trabalho conjunto da educação, direito e psicologia, são organizadas equipes de referência conforme a modalidade de ação realizada junto ao adolescente e sua inserção na rede de políticas públicas, envolvendo atividades como acompanhamento do Plano Individual de Atendimento (PIA)¹, assessoria jurídica, defesa interdisciplinar e acompanhamento juvenil.

Os/as adolescentes que chegam até o Núcleo PIPA são atravessados/as por diversas relações que produzem a vida na cidade - desde a família e a escola até o tráfico, a Brigada Militar e o Judiciário - configurando um atendimento que não se restringe ao indivíduo isolado de seu contexto ou visto somente a partir do motivo de seu encaminhamento, neste caso um ato infracional. Trata-se de uma demanda multifacetada que, muitas vezes, envolve atenção especializada em saúde mental, situações de risco de vida, necessidade de proteção especial, judicialização de eventos

educacionais e familiares, entre outros. No desenrolar destas práticas, há uma descontinuidade das ações realizadas por diferentes serviços que já atenderam o/a adolescente, repercutindo nas ações previstas no seu PIA, e gerando demandas que ultrapassam a função das equipes de referência e dificultam sua atuação.

Esta experiência nas equipes que acompanham os adolescentes levou à criação de espaços de apoio com integrantes do Núcleo PIPA, acionando o conhecimento dos diferentes saberes demandados para ampliar a análise de situações e compreender as funções tanto específicas das equipes de referência como em cogestão com outras equipes na rede de políticas públicas, as quais compõem as ações de proteção integral e garantia de direitos dos/as adolescentes. Assim, no ano de 2016, foi criado um grupo de estudo e exercício experimental, articulando este contexto de apoio e análise das ações em socioeducação com a metodologia de apoio matricial, formulada por Gastão Campos e que compõe alguns programas das políticas de Humanização, Saúde Mental e Atenção Básica/Saúde da Família no Sistema Único de Saúde (CAMPOS; DOMITTI, 2007; BRASIL, 2011). Nosso objetivo neste artigo é narrar esta experiência de diálogo conceitual e metodológico entre políticas de socioeducação e de saúde, no âmbito das práticas de extensão do Núcleo de Extensão e Pesquisa PIPA.



Figura 2 - Fluxograma PIPA - Apoio Matricial

1. O PIA é um instrumento de gestão das atividades elaborado pela equipe técnica, com a participação efetiva do/a adolescente e de sua família, conforme previsto na política do Sistema de Atendimento Socioeducativo (BRASIL, 2012).

Apoio Matricial: diálogos entre políticas da saúde e da socioeducação

Matriz: lugar onde se geram coisas, conjunto de números que mantêm relação entre si, seja na vertical, na horizontal ou em linhas transversais. *Apoio matricial*: maneira de operar uma relação horizontal mediante a construção de várias linhas de transversalidade com base na dialogia (CAMPOS; DOMITTI, 2007).

O apoio matricial é uma proposta de trabalho concebida no contexto brasileiro do Sistema Único de Saúde (SUS), a qual afirma práticas de cuidado colaborativo em que duas ou mais equipes, num processo de construção compartilhada, criam uma forma de intervenção pedagógico-terapêutica a partir de um problema de saúde apresentado (CAMPOS, 1999). Essa necessidade surge a partir da crítica à organização hierárquica do trabalho, que cria uma diferença de autoridade associada a lógicas de saber-poder de quem encaminha um caso e de quem o recebe, gerando a transferência de responsabilidade ligada ao encaminhamento e comprometendo a continuidade compartilhada do cuidado no atendimento ao/a usuário/a.

A metodologia de matriciamento, conforme Campos e Domitti (2007), envolve o exercício de relação entre a equipe de referência (aquela que atende um/a usuário/a) e os apoiadores/as (profissionais com domínio de uma especialidade) na construção compartilhada de diretrizes ligadas às políticas com que se trabalha, as quais “devem prever critérios para acionar o apoio e definir o espectro de responsabilidade tanto dos diferentes integrantes da equipe de referência quanto dos apoiadores matriciais” (ibidem, p.400). O apoio matricial expande as possibilidades de realizar uma clínica ampliada, que considere a integração entre os diferentes saberes, especialidades e profissões. As equipes da Estratégia de Saúde da Família (ESF), por exemplo, funcionam como equipes de referência interdisciplinares, atuando com uma responsabilidade que inclui o cuidado

longitudinal, enquanto existem equipes especializadas que realizam o apoio matricial em saúde mental (BRASIL, 2011).

No contexto da política de socioeducação, buscamos assegurar a proteção integral prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2002) no âmbito da execução de uma medida socioeducativa, considerando o processo longitudinal do/a adolescente, ou seja, o percurso de antes, durante e depois da ação socioeducativa, constituindo uma intervenção que articule seu pertencimento familiar, comunitário e na rede de políticas de uma cidade. No Apoio Matricial em Socioeducação, dialogamos com o processo longitudinal do indivíduo a partir da concepção de percurso do/a adolescente, contemplando o mapeamento do território no qual o/a adolescente movimentou-se na relação com as políticas públicas na cidade e com a experiência do ato infracional, identificando a rede de atenção juvenil a ser (re)ativada, numa perspectiva de tempo que não se oriente somente pelo período da medida socioeducativa, mas também pelo tempo demandado pelo/a adolescente com ações que o/a acolhem em sua integralidade. A noção de percurso aciona a singularidade dos trajetos de cada adolescente atendido/a e, convoca a equipe de referência na transversalidade de sua experiência, constituindo a relação do território geográfico com o território existencial que subjetiva, e que por sua vez constitui a vida desta pessoa, afirmando a proteção integral.

O princípio norteador do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (BRASIL, 2012) trata da incompletude institucional, no sentido de que nenhuma política/organização dará conta de forma isolada das demandas do/a adolescente, já que a prática socioeducativa envolve compor e articular a atuação de diferentes sistemas - Saúde, Assistência Social, Educação, Justiça e Segurança Pública - na busca da garantia de direitos para a efetivação da proteção integral. Entretanto, conforme o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (BRASIL, 2013),

constata-se a desarticulação das políticas setoriais na efetivação destas medidas socioeducativas e a falta de interlocução entre instituições, órgãos e serviços da rede de atendimento e proteção. Nas ações de extensão realizadas pelo Núcleo PIPA, enfrentamos tanto a fragilidade da rede socioeducativa, ainda em processo de construção com as diretrizes do SINASE aprovadas em 2012, como o cenário social restritivo na disputa com políticas neoliberais que ameaçam as práticas de garantia das políticas juvenis. O propósito de fortalecer a concepção de proteção integral no atendimento ao/a adolescente, e o exercício em rede com as políticas públicas existentes, nos levou a atualizar a articulação metodológica do trabalho em socioeducação com a concepção do apoio matricial.

Uma metodologia em construção: Apoio Matricial em Socioeducação



Figura 3 - Recorte do vídeo "Equipe de Apoio Matricial em Socioeducação PIPA", produzido pelas extensionistas Jéssica Aguirre da Silva e Luiza de Oliveira Nascimento e pelo artista Gabriel Pessoto

A interlocução com a metodologia de apoio matricial em saúde potencializou nossa prática, ao afirmar a função da equipe de referência como aquela que assume a tarefa de acompanhar o percurso do/a adolescente e buscar os fios de apoio da rede de atenção em políticas juvenis,

sustentando uma responsabilidade interdisciplinar e intersetorial. Neste trabalho, assumimos a emergência de um espaço de acolhimento das situações-problema das equipes de referência através do trabalho da Equipe de Apoio Matricial em Socioeducação, composta por quatro linhas de atuação: 1) promoção do acesso a saberes e modalidades de intervenção que ampliem a compreensão da situação-problema apresentada; 2) exercício da gestão coletiva da estratégia de trabalho na equipe de referência e desta com as demais equipes que compõem o percurso do/a adolescente; 3) articulação intersetorial entre a equipe de referência e os serviços da rede de políticas públicas; 4) produção de práticas de formação interdisciplinar para estudantes e profissionais em extensão na socioeducação.

Uma das condições de possibilidade para o processo de matriciamento é a formação e

experiência da equipe.

Assim, a composição da equipe mínima de apoio matricial exige a presença de estudantes, técnicos e/ou profissionais que tenham experiência no campo das práticas de educação, saúde, assistência social ou sistema judiciário, no âmbito das políticas da socioeducação. Estes atores então participam de forma sistemática de reuniões quinzenais que organizam a gestão do trabalho. Tal gestão se

realiza a partir de saberes específicos da formação de cada integrante, articulados a uma atuação interdisciplinar e intersetorial. Por se tratar de uma atividade acadêmica e de extensão, torna-se também fundamental a presença de estudantes iniciantes nas suas práticas profissionais e que compõem a equipe em extensão e/ou estágios curriculares, pois assim assumimos o compromisso de formação com a graduação nas áreas de conhecimento com as quais trabalhamos. Desta

forma, promovendo o exercício do processo interdisciplinar e da relação com equipes e usuários/as da rede em socioeducação na cidade. A estratégia de formação nesta extensão é guiada pela dialogia e trabalho coletivo, promovendo ações compartilhadas de estudantes iniciantes nestas atividades, com colegas oriundos de práticas anteriores, técnicos/as e professores/as.

Quanto aos procedimentos do Apoio Matricial em Socioeducação, são organizadas as solicitações, os fluxos e os registros a partir de processos que vão desde o preenchimento de formulários por parte das equipes de referência, até visitas a locais da rede para mapeamento de serviços. Nas reuniões de análise de casos, são discutidos os percursos realizados com os/as adolescentes e as ações das equipes de referência, atualizando o acompanhamento do plano institucional criado no processo de matriciamento. A relação entre os diferentes saberes que regem nossas práticas e as diretrizes de diferentes políticas que organizam nossas funções gera um plano de intervenção comum da equipe de referência com a Equipe de Apoio Matricial. Este plano proporciona uma perspectiva institucional, articulando a rede da qual as equipes fazem parte ou possam vir a compor, numa posição de responsabilidade política e ética compartilhada.

A noção de análise de implicação (Baremblytt, 1996) é um conceito-ferramenta para um/a apoiador/a, pois problematiza as relações que produzimos em nossa atividade e que estão associadas às posições que ocupamos no funcionamento institucional dos estabelecimentos dos quais fazemos parte. A relação entre apoiadores/as e integrantes das equipes de referência é constituída por diversas posições que exigem um constante exercício ético e analítico para compor um trabalho coletivo neste espaço praticado com estudantes, bolsistas, professores/as, técnicos/as, entre tantas outras funções que transitam nesta construção. Nesta análise são evidenciados os marcadores de gênero, classe e raça, que posicionam as relações discriminatórias, bem

como as desigualdades sociais entre a população branca e a população negra no contexto brasileiro. Ao trabalharmos com adolescentes e jovens em conflito com a lei é evidente a política de criminalização com a população jovem, pobre e negra, o que demanda ao Apoio Matricial uma análise destas relações. A interseccionalidade (CRENSHAW, 2002) é um conceito com o qual articulamos a noção de análise de implicação, pois possibilita abordar as consequências estruturais e dinâmicas da relação entre dois ou mais eixos da subordinação, tratando o modo pelo qual “o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (CRENSHAW, 2002, p.177).

Quando um jovem retorna ao prédio da universidade, depois de “concluído” seu atendimento, expressando seu estado confuso e seu sofrimento, poderíamos encerrar nossa participação com seu encaminhamento a um centro de atenção psicossocial. Entretanto, o retorno desse jovem à universidade mostra que ali se constituiu um lugar de referência. Esse lugar diz respeito a um espaço praticado, no qual a experiência vivida indica a possibilidade de retornar, pois há uma marca territorial de confiança em seu percurso que possibilita apresentar outra demanda. A equipe de referência então se pergunta: seria sua função permanecer com este adolescente? Teria condições de intervir diante da gravidade que suas manifestações de sofrimento psíquico apresentam? O apoio matricial sustenta com esta equipe o acesso a saberes em saúde mental, a orientação à prática de cuidado a ser oferecida nas condições possíveis da equipe de referência e a construção de uma ação com a rede em saúde mental para ampliar o percurso de circulação e confiança deste jovem. Assim, o Apoio Matricial busca transversalizar saberes e modos de cuidado na experiência em análise com equipes de referência para construir estratégias singulares de intervenção com os percursos dos/as adolescentes, e na interação institucional com diferentes

funções, serviços e políticas.

O processo de transversalização de saberes remete-se ao pressuposto de que é no exercício da interdisciplinaridade, ou seja, no “entre” as disciplinas e os campos de conhecimento instituídos, que se atualizam as práticas das equipes de referência a respeito do PIA e suas complexidades. Isso porque o/a adolescente força que as intervenções sejam elaboradas na hibridizade entre os saberes, isto é, atua como um disparador desse processo de interação, já que um campo de conhecimento isolado não dá conta de atender seu percurso territorial e existencial. Esta prática não significa fazer das diferenças entre as disciplinas um consenso, mas construir coletivamente o processo de atuação com cada equipe na respectiva situação apresentada em sua singularidade, criando uma estratégia de trabalho transversal. Nesta elaboração coletiva, discute-se as formas de se acionar as políticas públicas, cuidando para não “atropelar” o processo de intervenção, no sentido de que este seja pensado com quem irá vivenciá-lo. Observa-se assim, a autonomia da equipe de referência, que desenvolve as ações com o/a adolescente no percurso do acontecimento e com a consistência de seu acompanhamento sistemático na circulação no território de referência. O processo de apoio matricial deve transbordar das reuniões e acompanhamentos de situações dos/as adolescentes, criando uma prática de apoiar e matricular nas relações de trabalho com as políticas públicas.

A extensão transversalizando labirintos e produzindo práticas

No exercício experimental da Equipe de Apoio Matricial em Socioeducação, prosseguimos com diferentes demandas que promovem uma série de questões e proposições para serem trabalhadas e pensadas coletivamente. Neste sentido, destacamos a importância da presença no Programa de PSC e Núcleo PIPA, de profissionais da Residência em Saúde Mental Coletiva, ampliando as

ações de formação e extensão no trabalho, com as frequentes demandas de atenção em saúde mental no âmbito da intervenção com políticas juvenis. São articulações constituídas pela abertura que a extensão oferece, à medida que possibilita compor a Equipe de Apoio Matricial, com as diferentes modalidades de ensino desenvolvidas na universidade, bem como pelo caráter interdepartamental do Núcleo PIPA, que articula diferentes disciplinas e propostas de extensão em um esforço constante de compor um trabalho interdisciplinar e coletivo.

Na Constituição Federal brasileira (BRASIL, 1988), em seu artigo 207, a extensão universitária é prevista como indissociável do ensino e da pesquisa, o que significa que as universidades brasileiras devem estar implicadas com a transformação das realidades sociais. Seja na forma como se dá o processo de ensino e aprendizagem, seja na maneira como são realizadas as pesquisas, a extensão imanente pressupõe uma certa ética orientadora da produção de conhecimento em um país com processos históricos e desigualdades sociais como o Brasil. Problematizamos a noção de *ex Tensão*, sendo produtora de tensão entre a forma como produzimos a formação e o conhecimento nas relações, com as demandas destes processos sociais. Extensão vem do latim “*extendere*” [*ex* - “fora”; *tendere* - “esticar”], sendo que o “dentro” e o “fora” da universidade pública ainda remetem à “academia” e à “comunidade”, respectivamente, como se fossem de naturezas diferentes e, assumindo uma relação hierárquica do saber da academia em relação ao saber da comunidade. Dessa forma, se faz necessário ampliar o sentido da formação universitária, assumindo a tensão presente nesta perspectiva de estender-se “sobre” uma comunidade externa, para construir práticas que viabilizem a efetivação da função de um “fazer com”. Nesta concepção, a universidade integra a Rede Intersetorial de Políticas Públicas, e a educação superior afirma o compromisso de desenvolver atividades que estejam diretamente associadas com as demandas da comunidade, a partir do exercício da cidadania e garantia de

direitos dentro de um contexto de desigualdade.

Os labirintos não compõem somente o percurso de um jovem “da comunidade” que busca um caminho entre corredores e pessoas “da universidade”, pois estão também entre as fronteiras de disciplinas, departamentos, teorias, modos de ensinar, pesquisar e fazer extensão, posições de classe, gênero e raça, e nas tensões da diversidade de corpos e corpus que produzem a vida acadêmica. A extensão produz encontros entre estes labirintos através de movimentos transversais, à medida que: (1) cria zonas de interface com a pesquisa e o ensino; (2) favorece a relação interdisciplinar de diferentes áreas de conhecimento; (3) amplia os territórios geográficos e existenciais de nossas práticas acadêmicas, nesta experiência, na relação com adolescentes, jovens e equipes da rede de políticas públicas que compõem a cidade. O movimento transversal diz respeito à abertura para criar zonas de vizinhança entre territórios

institucionalizados, que demandam novos diálogos e práticas para atender a emergência da situação social brasileira na atualidade, bem como para a convocação ao exercício educativo, ético e político de cada participante desta relação, com uma formação dialógica e em rede.

Referências

BAREMBLITT, G. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069**, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

_____. Ministério da Saúde. **Guia prático de matriciamento em saúde mental**. CHIAVERINI, D. H. et al. (Org.). Brasília, DF, Ministério da Saúde: Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva, 2011.

_____. **Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jan. 2012.

_____. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). **Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e eixos operativos para o SINASE**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013. 39 p.

CAMPOS, G.W.S. **Equipes de referência e apoio especializado matricial: uma proposta de reorganização do trabalho em saúde**. Ciência Saúde Coletiva 1999; 4:393-404.

CAMPOS, G.W.S.; DOMITTI, A. C. **Apoio Matricial e Equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde**. Cad. Saúde pública, Rio de Janeiro, 23(2):399-407, fev. 2007.

CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero (L. Schneid, Trad.)**. Revista Estudos Feministas, 10(1), 171-188, 2002.

NASCIMENTO, L. O.; SILVA, J. A.; PESSOTO, G. **Equipe de Apoio Matricial em Socioeducação PIPA**. Porto Alegre: produção independente. Cor, 4 min., 2016. Disponível em: <https://vimeo.com/192984185>

SZCHUMAN, K.; FLORES, P. **Rodopios de uma pipa a voar: princípios e fazeres**. In: CRAYDI, C. M.; SZCHUMAN, K. (Org.). **Socioeducação: fundamentos e práticas**. Porto Alegre: Evangraf, 2015, p.165-175.